

JORNAL DO CENTENÁRIO

Nº6 JUL/AGO 2010

www.centenariorepublica.pt

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

REGATA DA REPÚBLICA MOSTROU PATRIMÓNIO DO TEJO



MANUEL VENTURA

O Tejo encheu-se de faluas, canoas, catraios e embarcações de passeio, na Regata da República, realizada no dia 29 de Agosto, entre a marina do Parque das Nações e o Cais da Moita. A concentração de 40 embarcações da Marinha do Tejo fez-se bem cedo, para aproveitar a maré, no Cais da Moita, num município onde foi proclamada a República a 4 de Outubro. Mas só durante a tarde se deu a partida, no Parque das Nações.

O desfile iniciou-se na margem sul – num local emblemático e pleno de tradição em matéria de preservação do património náutico do Tejo – e encheu o rio de cor e de velas, num passeio que rumou até à marina do Parque das Nações.

A Regata da República foi organizada no âmbito da Marinha do Tejo, pela Associação dos Proprietários e Arrais das Embarcações Típicas do Tejo, em conjunto com o Centro Náutico Moitense, a Associação Naval Sarilhense, a Associação Naval Montijense e a Associação Náutica da Marina do Parque das Nações. A iniciativa contou com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

A Marinha do Tejo é a designação genérica das embarcações típicas que têm sido utilizadas em actividades essenciais no Tejo, como a pesca e o transporte. E pretende ser um pólo vivo do Museu de Marinha, pugnando não só pela preservação do património material, recuperando e restaurando embarcações do Tejo, como preservando e divulgando o património imaterial dos saberes e tradições náuticas e marinheiras dos artífices e navegantes do Tejo. //



MANUEL VENTURA

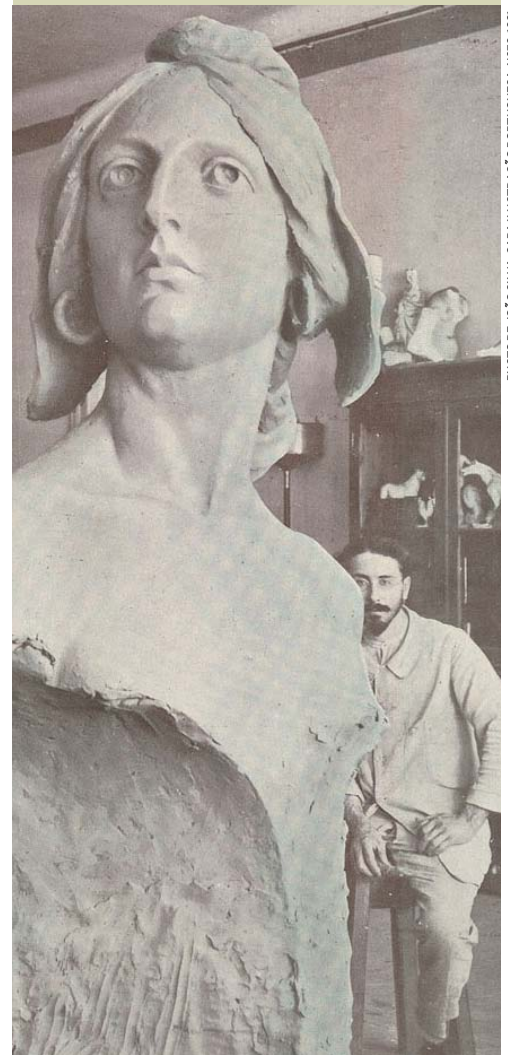


| | |
|-----|---|
| 2 | A REPÚBLICA E O PATRIMÓNIO A REFORMA DOS SERVIÇOS E DO ENSINO ARTÍSTICO COMEÇOU EM 1911 |
| 3 | A REPÚBLICA E O PATRIMÓNIO MUSEU DA REVOLUÇÃO E MUSEU DE MAFRA |
| 5 | RUAS DA CONSPIRAÇÃO CAFÉS COLLON E VALENCIANO |
| 6 | MULHERES NA REPÚBLICA ANA DE CASTRO OSÓRIO |
| 7 | LIVROS A I REPÚBLICA NOS LIVROS |
| 8/9 | EXPOSIÇÕES AS EXPOSIÇÕES DO CENTENÁRIO |

A REPÚBLICA EM 100 PALAVRAS

Antes de tudo a República é um ideal. Com História e Cultura. O lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” será a razão máxima desse ideal que se pretende atingir, mas do qual o mundo ainda está bastante aquém. Em Portugal (atenção aos recorrentes e “insuspeitos” detractores!), vivemos a 2ª República. Porque sem democracia não há República. E convém sempre recordar que, no chamado “Estado Novo”, dar um viva à República era considerado “subversivo”. Ética, sentido do serviço público e sentido cívico serão alguns dos traços distintivos da República que celebramos. Faz-nos bem comemorá-la, olhar o seu tempo, reflectir. Viva a República!

ELÍSIO SUMMAVIELLE,
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA



BUSTO DE JOÃO SILVA. CAPA ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, Nº79, 1901.
HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA



A REPÚBLICA E O PATRIMÓNIO

REFORMA DO ENSINO E DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS COMEÇOU EM 1911

O património artístico, a sua salvaguarda e protecção foram desde cedo uma preocupação do governo da I República, para quem tal desígnio era “um dos mais altos fins da sua missão”.

Reformar os serviços artísticos e arqueológicos e o próprio ensino das artes plásticas foi uma das primeiras medidas tomadas ainda pelo Governo Provisório, que, através dos decretos de 26 de Maio de 1911, introduziu as bases da política patrimonial da República. Nacionalizar a arte – “nascida do povo” e “uma das mais altas afirmações da sua força” – era um objectivo, um “fito” da reforma, nas palavras de quem a concebeu, como José de Figueiredo, um dos que participou na concepção destes “decretos com força de lei” sobre a “Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto”.

Já antes, a 19 de Novembro de 1910, pouco tempo depois da revolução, havia sido publicado um outro decreto, destinado a garantir “a integridade e a conservação das obras de arte existentes no país”. E José de Figueiredo, Luciano Freire, Abel Botelho e José Pessanha estavam entre os professores e artistas que tinham participado no arrolamento dos bens dos paços reais.

Democratizar, regionalizar e simultaneamente centralizar eram os princípios gerais contidos na reforma de 1911, que assentava “num plano largamente estudado”, como se afirma no relatório que antecede os decretos de 26 de Maio.

“A reforma anterior, que os presentes decretos revogam, enfermava de vários males; mas o maior – e esse confessado até pelo seu relator – era o seu carácter restrito. A actual é muito mais ampla e, em harmonia com os princípios gerais adoptados pelo Governo, o mais descentralizadora possível. É este, mesmo, junto com o princípio da máxima protecção, o espírito da presente reforma – procurando por um lado, o Governo, no fito de nacionalizar a nossa arte, regionalizar o ensino, tanto quanto permite a educação artística portuguesa, e dispensando-lhe, pelo outro, a máxima protecção dentro dos reduzidos recursos do Thesouro”.

Com esta reforma, e tendo-se acabado com os antigos mecenas, entenderam os legisladores que o Estado tinha de assumir os deveres antes atribuídos às instituições protectoras da arte no tempo da monarquia.

“Não deve esquecer-se que um Estado, quanto mais democrático é, mais obrigações tem para com o artista. A democracia, visando à mais ampla igualdade, acaba por completo com as castas e com as comunidades, que nos regimes antigos eram precisamente os grandes protectores da arte, os seus verdadeiros Mecenas. E acabando com essas instituições anacrónicas e substituindo-se a elas nas suas funções, pertencem-lhe, é claro, os deveres que pertenciam aquelas”, refere o relatório. //

“Não deve esquecer-se que um Estado, quanto mais democrático é, mais obrigações tem para com o artista.” //

Novos museus e Conselhos de Arte

Com a reorganização dos serviços, foi extinto o Conselho dos Monumentos Nacionais e o país foi dividido em três circunscrições artísticas – uma com sede em Lisboa; outra com sede em Coimbra e uma terceira com sede no Porto. À frente de cada uma delas estava um Conselho de Arte e Arqueologia, novos órgãos criados em 1911, a que se juntava ainda um Conselho Nacional.

A estes Conselhos eram confiadas, entre outras funções, a de organizar exposições destinadas a estimular a actividade artística; proceder à aquisição de obras de arte, classificar os monumentos da sua circunscrição e zelar pela sua conservação.

Foi com este corpo legal que durante a I República foram criados vários museus uns regionais e outros nacionais. Foi o caso do Museu Nacional de Arte Antiga –, para o qual, logo no dia 27 de Maio de 1911 foi nomeado como director José de Figueiredo e, como conservadores, José Queiroz e Raul Sangreman – e do Museu Nacional de Arte Contemporânea, que foi uma criação da I República. Foi também instalado o Museu Etnológico Português, que foi o único que transitou como projecto e realização da Monarquia Constitucional para o elenco dos museus da I República.

De referir também a criação do Museu Machado de Castro, em Coimbra, com conteúdos de um museu de Arte geral e com características de um museu central da 2ª circunscrição artística do país.

O Museu dos Coches, que já existia desde 1905, passou em 1911 a Museu Nacional dos Coches, tendo como director Luciano Freire.

Neste período inicial da República houve ainda duas outras decisões importantes e com impacto no património, de acordo com Jorge Custódio, docente convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL e actualmente Director do Museu Nacional Ferroviário.

Uma destas decisões partiu de José Relvas, então ministro das Finanças do Governo Provisório, com a criação do Museu de Mafra, no Convento de Mafra, tarefa que foi conduzida com o apoio incansável do republicano José Queiroz. “Este museu foi criado a uma velocidade supersónica”, sublinha Jorge Custódio.

Outra decisão importante assentou num despacho de Manuel Brito Camacho, então ministro do Fomento, que decidiu avançar com a continuação do restauro da Sé Velha de Coimbra, isto “numa época em que se estava a promover a separação do Estado da Igreja”, como destaca Jorge Custódio. //

A REPÚBLICA E O PATRIMÓNIO

Museu da Revolução

ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, N.º 25, 9 DE JANEIRO DE 1911.
HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA.



Foi um museu efêmero e teve uma vida breve, como as revoluções. Mas tinha uma particularidade que o distinguia de qualquer outro: defendia a acção armada usada para implantar a República e do seu espólio faziam parte bombas – que a polícia do tempo da monarquia apreendera, – espingardas usadas no 5 de Outubro, revólveres, machados e tudo o mais que pudesse recordar a revolução.

Criado numa dependência do Convento do Quelhas e inaugurado dia 29 de Dezembro de 1910, o Museu da Revolução abriu ao público no dia 1 de Janeiro de 1911, data em que “uma enorme multidão ali concorreu a analisar” o espólio que tantos queriam ver, como refere um artigo de quatro páginas na “Ilustração Portuguesa”, na edição de dia 9 de Janeiro de 1911.

Ali estavam expostos desde os “balandraus das sociedades secretas” até ao “revólver de que se serviu Alfredo da Costa para atirar sobre o rei D. Carlos”, a 1 de Fevereiro de 1908, na sala especialmente dedicada ao regicídio, onde também constava o capote e a carabina de Manuel Buíça, o outro participante no atentado.

Até a escada de que se serviu o rei D. Manuel II para “sair da cerca das Necessidades” e “uma poltrona do Paço atingida pelo bombardeamento”, quando foi implantada a República, tinham lugar no Museu da Revolução. Também ali se expunham os novos símbolos nacionais, entre eles algumas das bandeiras usadas a 5 de Outubro, bordadas pelas médicas republicanas Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo.

Em Fevereiro de 1911, no museu abriu uma nova sala dedicada a João Chagas, com “objectos que pertenceram ao ilustre revolucionário”: desde o uniforme que envergava quando esteve preso em Luanda, na sequência do golpe falhado de dia 31 de Janeiro de 1891, até à bandeira arvorada no Quartel do Carmo, a 5 de Outubro de 1910.

O Museu da Revolução – que na actualidade seria considerado politicamente incorrecto – mas que na época se integrava no Museu Histórico da Cidade de Lisboa, não terá porém durado mais do que dois anos. Da sua extinção não há notícia. E do espólio revolucionário que albergou também não ficou rasto. ▀

Museu de Mafra criado “a velocidade supersónica”

“Para melhor servir a Arte e receber os membros do Congresso de Turismo resolveu o Governo da República Portuguesa organizar um museu nesta histórica e interessante vila”.

Assim se inicia o texto escrito em Maio de 1911 pelo republicano José Queiroz, que dirigiu os meteóricos trabalhos necessários à abertura do Museu de Mafra.

Ao director e aos que o apoiaram nessa tarefa não concedeu o governo muito tempo: “40 dias apenas” foi o prazo dado para instalar o Museu no Convento de Mafra.

“Constituído por objectos de Arte sacra e profana, escolhidos nas diferentes arrecadações e dependências do edifício”, o museu instalou-se em onze salas, na “extensa galeria que compreende a fachada principal do edifício, entre os dois torreões”.

Luminária e baixela fradesca, mobiliário do século XVIII, paramentos, custódias e cálices, estatuária e modelos de mármore, e modelos de madeira barro e gesso, tecidos e tapeçarias, cerâmicas e vidros, pinturas e esculturas, gravuras e aquarelas faziam parte das peças em exposição, à data da inauguração. Segundo José Queiroz, “Os metais foram areados, como usavam fazer os frades” e “muitas das peças exibidas tiveram de ser reparadas”, para que o Museu de Mafra pudesse ser visitado pelos membros do IV Congresso Internacional de Turismo que se realizou pela primeira vez em Portugal em Maio de 1911. ▀

José de Figueiredo (1872-1934)

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA



José de Figueiredo nasceu no Porto a 21 de Dezembro de 1872 e estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde se formou, mas acabou por seguir outra carreira, transformando-se num dos principais responsáveis pela existência de uma política museológica e de protecção do património em Portugal, ao qual dedicou 34 anos da sua vida.

A arte desde cedo o interessou e foi ela que o levou a Paris, onde conheceu grandes artistas, como Rodin e Delmotte e teve como mestre o historiador de arte, conservador do Museu do Louvre, Émile Molinier. Aí continuou a estudar e a adquirir competências que, mais tarde – já depois da implantação da República –, lhe valeram ser nomeado director do Museu Nacional de Arte Antiga, instituição que modernizou, a partir de 1911, apoiado pela legislação que ajudou a criar.

Quando regressou a Portugal trabalhou como técnico da Direcção Geral de Instrução Pública, mas pouco tempo depois, em 1903 foi nomeado vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais.

Desde cedo (1901) escreveu sobre a arte em Portugal e pugnou pela criação de novos museus e políticas de protecção do património. Em 1906, num artigo sobre a "Primeira exposição d'arte da Ilustração Portuguesa" mostrava a sua preocupação quanto ao desaparecimento de obras de arte do país.

"Portugal, contra a opinião corrente, foi rico na ourivesaria profana. Mas a evolução do gosto e as necessidades do momento fizeram com que uma grande parte dos objectos de ourivesaria, criados nos séculos XV e XVI, fossem desaparecendo, sucessivamente fundidos ou levados para fora do país", afirmava. E defendia a criação de um museu de artes decorativas, em Portugal.

"Os serviços de arquitectura e os engenheiros em Portugal" foi o assunto de outro artigo na *Ilustração Portuguesa*, entre muitos que ao longo dos anos escreveu, em várias publicações (*Diário de Notícias*, revista *Brasil-Portugal*, *Lusitânia*).

Mas foi à pintura e, em particular à dos primitivos portugueses que deu maior atenção, defendendo a existência de uma escola de pintura primitiva portuguesa. "O pintor Nuno Gonçalves" a quem atribuiu a autoria dos Painéis de S. Vicente, foi tema de um livro, em 1910 e de artigos na *Brasil-Portugal*.

A sua obra em prol dos museus foi notável e os primeiros museus de arte muito lhe devem, nomeadamente o Museu Nacional de Arte Antiga, que dirigiu e ao qual, já depois da morte, legou muitas obras de arte antiga que recheavam a sua casa, entre elas um armário quinhentista e uma Virgem de madeira de final do século XV. Mas também o Museu Nacional de Arte Contemporânea foi contemplado no testamento com um retrato seu feito pelo pintor Laszlo, enquanto o seu retrato feito por Columbano o legou ao Museu Soares dos Reis.

Publicou "Algumas palavras sobre a evolução da Arte em Portugal" (1908), assinou vários catálogos de exposições realizadas no MNAA e escreveu sobre outras realizadas em Paris, Sevilha e no Rio de Janeiro.

Morreu no Porto a 18 de Dezembro de 1937, mas o seu nome ficou para sempre associado à arte e ao património. ▀

FONTE: JORGE CUSTÓDIO

Luciano Freire (1864-1934)

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, FMS



Nascido em Lisboa em 1864, Luciano Freire frequentou a Academia Real de Belas Artes onde em 1886 concluiu o curso de Pintura Histórica. A ele se dedicou nos primeiros anos e foi na Sociedade Promotora de Belas Artes que pela primeira vez apresentou uma obra, em 1887, com o quadro D. Sebastião.

Foi também professor da Academia Real de Belas Artes, onde permaneceu até 1933, dedicando-se em simultâneo à actividade do restauro de pinturas portuguesas e estrangeiras existentes nos museus do país. O seu trabalho de restaurador na Oficina de Restauro integrada na 1ª Circunscrição Artística (a de Lisboa, onde era vice-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia) abrangeu cerca de 330 obras de arte.

Nesta área tornou-se mais conhecido pelo restauro dos painéis encontrados no Convento de S. Vicente de Fora, cuja autoria o seu amigo José de Figueiredo atribuiu ao pintor português Nuno Gonçalves.

Sobre a actividade do restauro não deixou grande legado teórico por escrito, ainda que gostasse de documentar as intervenções que fazia e, por vezes, até solicitasse a colaboração de um fotógrafo.

"Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal" é o título da sua principal intervenção escrita.

Os restauros que fez foram por vezes alvo de críticas, tendo o próprio admitido a possibilidade de ter errado, afirmando no seu relatório: "Se pequei não foi por mal e é coisa de fácil remedeio".

Ao pintor, professor e investigador de História de Arte foi entregue a missão de organizar o Museu Nacional dos Coches, que dirigiu a partir de 1911. Fez o primeiro catálogo deste museu, à frente do qual permaneceu até 1932.

Luciano Freire chegou também a dirigir o MNAA, durante as ausências de José de Figueiredo, substituindo-o como director quando aquele se encontrava em missões no estrangeiro ou quando esteve doente.

Deixou escritas as suas "Memórias", um manuscrito que pertence ao espólio do Museu Nacional de Arte Antiga e entre o seu legado como pintor figura uma obra "Os catraeiros" que está também à guarda do Museu Nacional de Arte Antiga.

Morreu em Lisboa a 28 de Janeiro de 1934. ▀

“ Se pequei não foi por mal e é coisa de fácil remedeio. ”

Ruas da Conspiração

Os Cafés *Collon*,
na Rua dos Correeiros
e *Valenciano* na Rua da Betesga

DOIS PONTOS DE REUNIÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS.
EM A BOMBA EXPLOSIVA, LISBOA 2008



No Café Collon, na Rua dos Correeiros 125/129, reuniam-se à noite muitos revolucionários, sobretudo anarquistas e foi lá que vários deles se "aprestaram para a hora da luta", momentos antes de se desencadearem as acções que conduziram ao 5 de Outubro de 1910.

"Ali, à vista de todos, na frente de uma chávina de café, ou um copo de cerveja, se combinaram grandes planos de ataque a pôr em prática no momento decisivo; ali se escolheram os melhores modelos de bombas a adoptar na ocasião da luta, ali se arranjaram muitos adeptos da causa da liberdade; ali, enfim, se combinou a melhor forma de dar o sangue, a vida, se preciso fosse, por essa santa aurora que havia um dia de redimir a pátria portuguesa".

Este testemunho surge relatado no livro "A Bomba Explosiva – Depoimentos de diversos revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910)", da autoria de José Maria Nunes, um anarquista, operário servente da Imprensa Nacional, que foi também o inventor de muitas bombas usadas nas acções que antecederam o 5 de Outubro.

"Na hora da luta, momentos antes de a encetarmos, foi ainda no Café Collon que alguns de nós nos aprestámos para ela, recordando juntos, Nunes, Pires, Graça, Guerra, Esteves, Paiva, Pinto, Carvalho, Santos e Silva e tantos outros presentes, os momentos de sobressalto passados desde 28 de Janeiro para cá, crenças que daquela vez seria, pondo na mente a fagueira esperança, que se realizou, de voltarmos todos lá depois do pavilhão da Liberdade já estar arvorado de norte a sul de Portugal e das bandas tocarem "A Portuguesa", de mistura com o entusiasmo do povo gritando: Viva a Liberdade". O Collon não era porém o único ponto de encontro destes revolucionários e também o café Valenciano, na Rua da Betesga, 12-14, cujo proprietário era Manuel José da Cunha, serviu de ponto de apoio, para "entrega de dinheiro e material explosivo para fabrico de bombas". Este material ficava depositado no estabelecimento de Manuel José da Cunha, "com o seu conhecimento e à sua guarda, sabendo o fim a que se destinava, servindo assim, no seu meio, a causa da República", salienta ainda o testemunho de um dos revolucionários. //

Como era há 100 anos

Os primórdios das comunicações sem fios

Se o telégrafo de Morse era, à data da implantação da República, um meio de comunicação por todos conhecido no país, a grande revolução nas comunicações havia ainda de surgir com a introdução em Portugal da telegrafia sem fios.

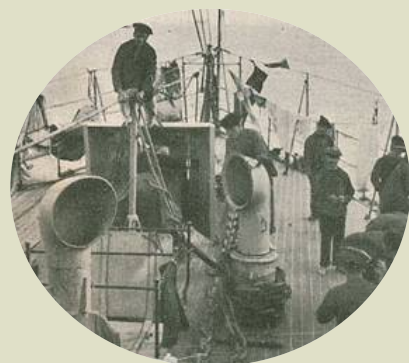
A primeira experiência realizara-se ainda no tempo da monarquia, em Abril de 1901, quando do forte do Alto do Duque foi expedido um telegrama – o primeiro no país – para o forte da Raposeira. Mas depois disso, foi preciso esperar muito até que os telegramas entrassem na ordem do dia.

Estava-se em Março de 1912 quando o governo decidiu estabelecer contrato com a empresa do engenheiro italiano Marconi, para a instalação de postos de telegrafia em Lisboa, Porto, Funchal, S. Vicente (Cabo Verde) e S. Miguel, nos Açores.

Mas as crescentes dificuldades do tesouro português e a eclosão da I Grande Guerra acabariam por suspender este acordo até 1922. Nesta altura, a Marconi obteve também a concessão de exploração da rede, a par dos direitos iniciais de construção.

Em 1912 Portugal mantinha um sistema de telegrafia sem fios muito embrionário. Havia um posto de telegrafia na Cidadela em Cascais, dois postos de instrução para a marinha – um na Escola de Torpedos, em Vale do Zebro e outro na Escola Naval e o sistema funcionava apenas nos navios Vasco da Gama, Almirante Reis e S. Gabriel, envolvendo no total o trabalho de 12 marinheiros.

Mas já então, para as classes mais abastadas, o telegrama – também designado por marconigrama – começava a ser coqueluche. "Até se namora pela telegrafia sem fios, veja o senhor", confidenciava ao repórter da Ilustração Portuguesa o instrutor da Escola de Torpedos de Vale do Zebro. //





MULHERES NA REPÚBLICA

a República [...] não sendo uma forma de governo nova nem perfeita - porque não há nada que em absoluto o seja - é no entanto mais lógica, mais compreensível à nossa inteligência e mais tolerável à nossa razão, dando-nos também mais garantias de progresso...

ANA DE CASTRO OSÓRIO, "LIGA REPUBLICANA DAS MULHERES PORTUGUESAS" A MULHER E A CRIANÇA, Nº 1, ABRIL DE 1909



CAROLINA BEATRIZ ÂNGELO, A PRIMEIRA ELEITORA PORTUGUESA, ACOMPANHADA POR ANA DE CASTRO OSÓRIO, PRESIDENTE DA LIGA DAS SUFRAGISTAS PORTUGUESAS, NO DIA DA ELEIÇÃO DA CONSTITUINTE JOSHUA BENJOLIEL, ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, Nº 78, DE 5 DE JUNHO DE 1911, HEHEMOTECAS MUNDIAIS DE LISBOA

Notas biográficas

ANA DE CASTRO OSÓRIO (1872-1935)

Filha de um juiz e bibliófilo que sempre lhe proporcionou o acesso à cultura e aos livros, Ana de Castro Osório nasceu em Mangualde em 1872, onde cresceu a ler, mas foi em Setúbal, onde em 1895 passou a residir com os pais, que se assumiu como escritora.

Aos 23 anos, casou-se com o poeta Paulino Gomes de Oliveira, um republicano empenhado, que fundou e dirigiu vários jornais políticos e foi preso por mais de uma vez. Partilhando os mesmos interesses culturais que o marido, Ana de Castro Osório cedo colaborou com ele em diversas actividades e negócios, fosse organizando homenagens a figuras públicas das letras, fosse editando publicações (como *Arrábida* e *Folha de Saudação*) ou ainda escrevendo histórias para crianças.

Considerada uma pioneira na literatura infantil, e não encontrando quem a editasse, assumiu ela os encargos editoriais, criando a Casa Editora Para as Crianças e fundando mais tarde as edições Lusitânia.

Impulsionadora do associativismo feminista, promoveu a criação do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907 – ano em que aderiu à maçonaria – em 1908 participou na fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e, em 1911, fundou a Associação de Propaganda Feminista.

Foi na luta pela emancipação feminina que se destacou, escrevendo muito sobre o papel da mulher na sociedade e participando em conferências e em

comícios, pugnando sempre pela educação das mulheres. Lutou também pela Lei do Divórcio e terá sido ouvida por Afonso Costa antes da sua publicação, em Novembro de 1910.

Colaborou com dezenas de periódicos entre eles *ABCZinho*; *Alma Feminina*; *Alma Nova*, *O Amigo da Infância*, *Atlântico*; *Ave Azul*; *Boémios*; *Capital*; *Civilização*, *Claridade*; *A Crónica*; *Diário Popular*; *A Escola*, *A Farça*; *A Folha*; *Gazeta Ilustrada*; *Ideia Nova*; *Ilustração*; entre muitos outros.

Em 1911, quando Paulino de Oliveira foi nomeado cônsul no Rio de Janeiro, Ana acompanhou-o e ali viveu até à morte do marido, em 1914, ano em que regressou a Portugal. Foi então uma grande defensora da participação de Portugal na Guerra e tentou mobilizar as mulheres do seu tempo em torno desse desígnio.

Mais tarde, descontente com o rumo que a República estava a tomar, aproximou-se das ideias nacionalistas. Morreu em 1935 em Lisboa. ▀

FONTES: *OPERÁRIAS E BURGUESAS – AS MULHERES NO TEMPO DA REPÚBLICA*, MARIA ALICE SAMARA, A ESFERA DOS LIVROS, 2007.

DICIONÁRIO NO FEMININO (SÉCULOS XIX-XX), DIRECÇÃO DE ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO E JOÃO ESTEVES.

A I REPÚBLICA NOS LIVROS



A BOMBA EXPLOSIVA – DEPOIMENTOS DE DIVERSOS REVOLUCIONÁRIOS (28 DE JANEIRO DE 1908 A 5 DE OUTUBRO DE 1910)

Autor
José Maria Nunes
Edição
Livros Horizonte, 2008
(fac-similada)

No livro "A Bomba Explosiva" (fac-símile da obra de José Maria Nunes, um "convicto" operário anarquista) constam mais de 40 testemunhos de revolucionários que participaram no movimento pelo derrube da monarquia.

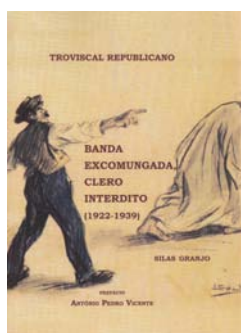
Com um título bombástico e explosivo, a obra compilada e, em parte, escrita por José Maria Nunes teve, em contrapartida, um fim benemérito: o produto da sua venda reverteu na altura a favor de instituições como o Asilo de S. João, a Obra Maternal de Lisboa e os Centros Republicanos João Chagas, entre outras.



COMO TRIUMPHOU A REPUBLICA – SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 1910

Autor
Hermano Neves
Edição
Letra Livre, 2010
(fac-similada da edição
da Empresa Liberdade, Lisboa, 1910)

"Como triumphou a República? Averiguem e as respostas a esta simples questão... divergem como o dia da noite". Assim inicia Hermano Neves o livro que escreveu em Novembro de 1910. Nele ausculta o "funcionário conservador", o "reaccionário" e o "revoltado passivo" e as respostas divergem de um para outro. A obra inclui várias reportagens, entre elas a da "Última noite da monarchia". "Este livro é um dos mais notáveis depoimentos sobre a Revolução Republicana de Outubro de 1910. A sua reedição não podia vir mais a propósito no ano em que se comemora o Centenário da República", diz o historiador António Ventura, no prefácio.



TROVISCAL REPUBLICANO: BANDA EXCOMUNGADA, CLERO INTERDITO (1922-1939)

Autor
Silas Granjo
Prefácio
António Pedro Vicente
Edição
de autor
(Silas Granjo – Sítio do Livro), 2010

A acção passa-se em 1922. Tudo começou com um crime, na aldeia de Troviscal. O funeral da vítima realizou-se. A banda tocou, mas a família não se entendeu quanto aos honorários do padre e fez-se um funeral civil. O episódio deu origem à interdição da Banda Filarmónica de Troviscal, que por decisão do Bispo de Coimbra ficou impedida de tocar em festas e actos religiosos.

A população não viu com bons olhos a proibição decretada pela Igreja e retaliou, interditando o clero na freguesia. Este livro é uma edição de autor comercializada pelo Sítio do Livro. (www.sitiadolivro.pt).



OPERÁRIAS E BURGUESAS – AS MULHERES NO TEMPO DA REPÚBLICA

Autor
Maria Alice Samara
Edição
A Esfera dos Livros, 2007

Foram pioneiras mas nem todas eram progressistas. Nalgumas persistiam características conservadoras. Mas há um traço comum entre as mulheres de que nos fala Alice Samara: todas quiseram ser "sujeitos da História". Todas lutaram pela sua emancipação.

Foi com o romance de uma rapariga pobre e anónima que a autora decidiu iniciar o livro. Seguem-se-lhe as histórias de Guiomar Torrezão, Alice Pestana, Domitila Carvalho, Regina Quintanilha, Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleza, Emília de Sousa Costa e Maria Alves, mulheres que vale a pena conhecer.



REPÓRTERES E REPORTAGENS DE PRIMEIRA PÁGINA (1910-1926)

(VOLUMES I E II)
Autor
Jacinto Baptista
António Valdemar
Edição
Assembleia da República,
Divisão de Edições, 1992

"Dia glorioso de sol e de luz. Dia histórico", diz a reportagem que Joaquim Madureira escreveu sobre a abertura das Constituintes para *O Intransigente* a 20 de Junho de 1911.

É sobre dias históricos e também sobre episódios do quotidiano de há 100 anos que nos fala este livro, onde se reproduzem 21 reportagens escritas entre 1910 e 1926, como a do 5 de Outubro, no jornal *O Mundo*. Jorge d'Abreu, Virgínia Quaresma, Reinaldo Ferreira, Afrânio Peixoto, Pinto Martin, Avelino de Almeida, Mário Domingues e Raul Brandão são os autores seleccionados por Jacinto Baptista e António Valdemar.



EXPOSIÇÕES

VIVA A REPÚBLICA! 1910-2010

CORDOARIA NACIONAL

Como se fosse um livro com muitas páginas, para se ler com calma e analisar, a exposição "Viva a República", na Cordoaria Nacional, mostra através de centenas de imagens, de filmes de época e também através da recriação de espaços, como se viveram os tempos que conduziram à revolução do 5 de Outubro e os resultados da implantação da República.

A primeira imagem que se tem, logo à entrada, é encenada e propõe-nos que participemos num comício republicano realizado ainda no tempo da Monarquia Constitucional, na antiga Av. D. Amélia (mais tarde Almirante Reis) onde, do alto das palçadas, espreita a miudagem que se empoleira para ver os políticos.

O percurso conduz sucessivamente o visitante às várias fases deste ciclo político iniciado em 1910, levando-o a assistir à implantação da República, à participação de Portugal na Grande Guerra e ao desenrolar dos acontecimentos e dos dias conturbados que se viveram na I República.

Testemunhos sobre a farta produção legislativa nos primeiros anos da República, com a Lei da Separação do Estado das Igrejas, com o Registo Civil obrigatório e com a Lei do Divórcio são também mostrados ao longo da exposição, que ilustra igualmente os acontecimentos da vida quotidiana, do apelo então feito à prática desportiva e da intensa produção artística que caracterizou a primeira década da República.

Uma visita ao Parlamento, ou a simulação de uma viagem transatlântica como a que foi feita por Gago Coutinho e Sacadura Cabral são outros convites feitos aos visitantes, que na Cordoaria dispõem ainda do Café República, para descansar, ou da loja A Vida Republicana, para os consumos culturais.

A exposição Viva a República é de acesso livre e está aberta até Dezembro, todos os dias, das 10h00 às 18h00.



VIAJAR TORREÃO NASCENTE

Uma enorme mala de viagem repleta de carimbos e uma série de lombadas de antigos guias turísticos do Portugal de há 100 anos recebem o visitante, à entrada do Torreão Nascente do Terreiro do Paço, onde está patente a exposição "Viajar – Viajantes e turistas à Descoberta de Portugal no tempo da I República".

Ela própria é uma viagem, com direito a descobertas e surpresas e a muitas imagens de como se viajava há um século e para onde. Porque os lugares de turismo não se limitavam já às termas, para onde se ia por questões de saúde e incluíam muitos outros destinos, de norte a sul, que se visitavam também pelo prazer de conhecer o país e o seu património. Às termas do Vidago juntavam-se já outros sítios, como as praias de Vila do Conde, da Figueira da Foz, da Ericeira e do Estoril, a par de Aveiro, "a Veneza de Portugal", como era então publicitada a região.

A Portugal chegava-se por terra ou por mar, de comboio ou de navio e, da encenação de Viajar faz parte não só uma linha de caminho de ferro como o paquete Cleveland, que em tempos atracou em Lisboa. Ele é recriado no interior da exposição, com figuras de época debruçadas na varanda do deck do navio, ou com um banhista em pleno salto para a piscina virtual, numa recriação que faz as delícias das crianças.

Lisboa, com o seu clima ameno e temperado, superando nesse aspecto Biarritz, Nice e a Catania, como anunciava a pioneira Sociedade de Propaganda de Portugal, era já uma cidade visitada por turistas estrangeiros. E não só pelas espanholas que faziam o encanto e a excitação de muitos. Americanos, italianos e alemães incluíam o leque de visitantes.



No Cais do Sodré, a praça está repleta de táxis à espera de turistas, a lembrar o movimento que hoje se vê no aeroporto.

Surpreendente é a imagem que na exposição dá uma ideia do fluxo turístico que chegava à capital. No Cais do Sodré, a praça está repleta de táxis à espera de turistas, a lembrar o movimento que hoje se vê no aeroporto.

Não terá sido por acaso que Lisboa a cidade escolhida para cenário do IV Congresso Internacional de Turismo, em Maio de 1911 – no decorrer do qual os congressistas tiveram oportunidade de visitar não só a capital e os seus monumentos, como o novíssimo Museu de Mafra, recém instalado no Convento.

Nesse mesmo ano, ainda durante o Congresso, o Governo Provisório da República decidiu criar a primeira Repartição de Turismo e o primeiro Conselho de Turismo, dando corpo a duas instituições estatais que vieram juntar-se ao trabalho que até aí vinha sendo realizado pela Sociedade de Propaganda de Portugal, associação particular que se constituía ainda no tempo da monarquia e que até 1911 era a única a encarregar-se de promover o turismo. Nem só as classes mais abastadas viajavam. Também os funcionários públicos começavam a frequentar lugares de turismo, como a praia de Algés. A do Estoril estava reservada aos que tinham mais posses, que há 100 anos também já ali jogavam golfe, num campo alegremente partilhado com rebanhos de ovelhas, como revela uma imagem do início do século. Comissariada por Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, e realizada por iniciativa da Comissão Nacional do Centenário da República, a exposição Viajar conta com o apoio financeiro do Turismo de Portugal. Com acesso livre, está aberta todos os dias das 10h00 às 18h00 no Torreão Nascente do Terreiro do Paço, onde permanecerá até Dezembro. ▀

EXPOSIÇÕES

CORPO TORREÃO POENTE

Miguel Bombarda, Egas Moniz, Câmara Pestana são nomes de médicos que ficaram na História da Ciência em Portugal e que hoje são ainda lembrados, mas será que conhecemos o quadro social em que viveram? E quais os avanços da medicina na época? Quais os problemas na saúde com que se debatia o país há 100 anos? A exposição "CORPO – Estado, Medicina e Sociedade no tempo da I República" mostra-nos as respostas para essas questões e faz o enquadramento histórico. Porque é de vários corpos que se fala na mostra, patente no Torreão Poente do Terreiro do Paço. E antes de mais do **corpo médico**, de grande prestígio na época, que inclusivamente "deu" para a política alguns dos seus membros, um dos quais veio a ser eleito presidente da República, como António José de Almeida, ou o "quase médico" Manuel Teixeira Gomes.

O ensino e investigação, sectores que registaram avanços significativos na República são também ilustrados neste núcleo. Criaram-se as Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto e foi intensificada a prática laboratorial. Era o tempo dos grandes laboratórios e o do Instituto Câmara Pestana, em Lisboa, surge em destaque na exposição.

As análises laboratoriais e o uso do Raio X eram novos recursos de diagnóstico e é neste núcleo que se exibem objectos utilizados na **prática cirúrgica**. E também filmes de operações que se faziam no início do século XX ainda sem anestesia, sem máscaras ou luvas –, pelí-

culas que são documentos históricos, pioneiras também no cinema, embora algo arrepiantes.

A **farmácia** e o **corpo saudável** são outros dois núcleos da exposição, em que se evidenciam os esforços dos governos da República a favor da higiene, dos cuidados médicos à maternidade e dos cuidados à primeira infância, que passavam até por concursos de bebés.

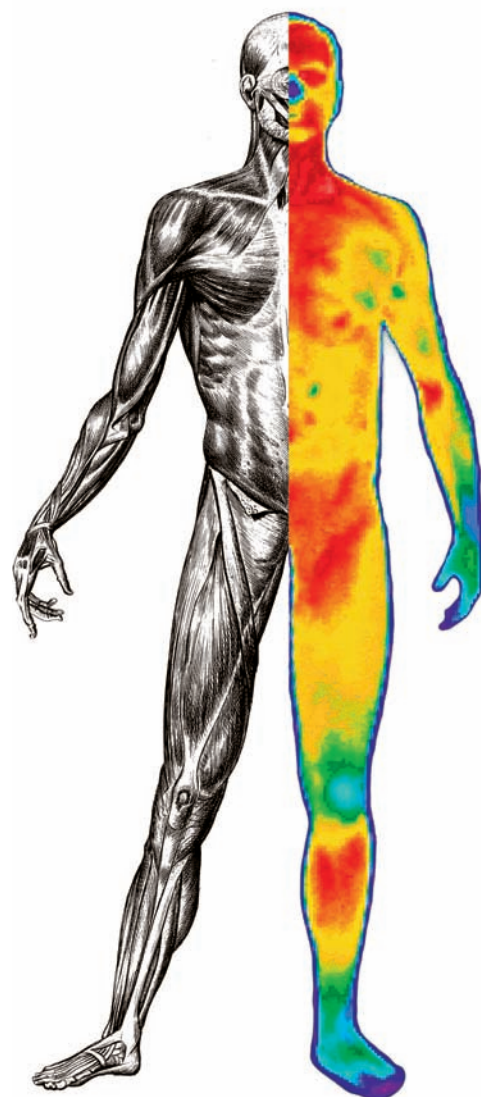
No núcleo seguinte fala-se dos **hospitais e sanatórios** criados no início do século XX, da reforma dos manicómios levada a cabo em 1911 e do primeiro curso de enfermagem organizado em 1917 pela Cruzada das Mulheres.

As **epidemias** com que se debateu a I República, em que a tuberculose foi a que mais vítimas fez, seguida pela pneumónica e pela fome, pelo tifo, cólera, sífilis, raiva e peste são outro documento da exposição.

A criação dos Institutos de Medicina Legal de Lisboa, Porto e Coimbra é abordada no núcleo intitulado **Corpo Morto**, onde se podem ver projectadas tatuagens que era uso fazer na época, algumas das quais os actuais amantes desta arte não menosprezariam.

Os **Corpos Excluídos** – caso dos mutilados de guerra, dos criminosos, das prostitutas e dos loucos – constituem o núcleo final da exposição Corpo.

Comissariada por Rita Garnel, "CORPO – Estado, Medicina e Sociedade no tempo da I República" está aberta todos os dias, das 10h00 às 18h00, no Torreão Poente do Terreiro do Paço, onde permanecerá até Dezembro. ▀



[...] filmes de operações que se faziam no início do século XX ainda sem anestesia, sem máscaras ou luvas –, películas que são documentos históricos, pioneiras também no cinema, embora algo arrepiantes.

O QUE É O POVO? MUSEU DA ELECTRICIDADE

ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 1911, HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA



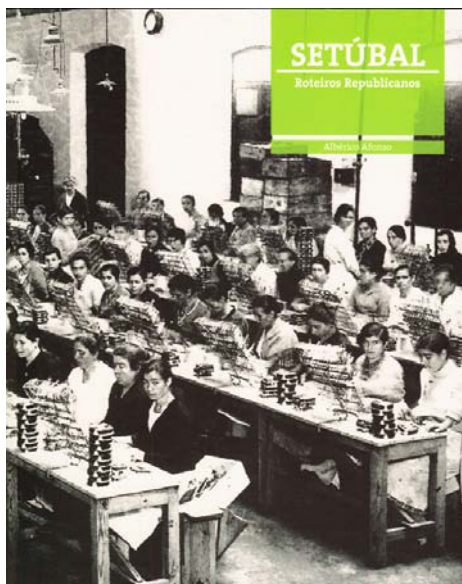
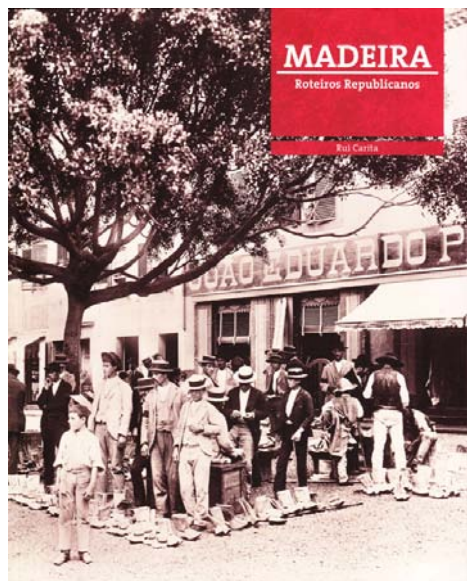
A questão o que é o Povo pode colocar-se a qualquer hora, em qualquer dia do ano, por qualquer comum mortal mas quinta-feira à noite, de 12 de Agosto, houve muita gente a querer saber possíveis respostas para este enigma. E o povo encheu o Museu de Electricidade, onde está patente a exposição POVO/PEOPLE, que suscita o tema em formas múltiplas.

Era a Noite dos Museus, o que permitiu que as visitas, de acesso livre, se fizessem até às 24h00, levando ao Museu da Electricidade o mais variado tipo de pessoas; jovens estudantes em férias, pais com filhos pequenos em noite cultural, casais de meia idade, velhos solitários, artistas, viajantes, turistas... Todos se interrogaram sobre o que é isso a que chamamos o Povo.

Vamos então ver o Povo. Essa é a proposta lançada mal se entra na exposição, onde em cada uma das salas, a questão se vai colocando de forma diversa, ao longo do tempo e através de diferentes expressões. Do cinema à música, da pintura à literatura, da litografia à fotografia são muitas as maneiras de despertar o povo e de lhe recordar o que tem feito neste último século e em tempos mais recuados. As vozes de Zeca Afonso e Chico Buarque ouvem-se na sala cujo lema é "O povo é quem mais ordena", e os temas vão se sucedendo: "O Povo é sereno", "Diz-me quem és", "Casas do Povo", "Ganharás o pão com o suor do teu rosto", "Queres fiado, toma!" ou ainda "Se isto não é o povo, onde está o povo?".

Há obras de pintores como Graça Morais, Mário Cesariny, Vieira da Silva, Almada, João Abel Manta, Rafael Bordalo Pinheiro, Paula Rego, Amadeo de Souza-Cardoso, Jorge Barradas, Álvaro Cunhal, para nomear apenas alguns dos portugueses, mas também de pintores e fotógrafos estrangeiros como Cindy Sherman, Allan Sekula entre outros.

Há também documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vídeos e documentos digitais, há casas de Raul Lino, projectos do SAAL, e muitas outras produções, nesta exposição que inaugurou dia 19 de Junho estará patente até dia 19 de Setembro no Museu da Electricidade. ▀



Roteiros Republicanos Um património de memória regional

"Aprende-se muito" com a colecção de Roteiros Republicanos que foi apresentada dia 15 de Julho, na Cordoaria Nacional. Quem o afirmou, no dia do lançamento, foi a historiadora de arte Raquel Henriques da Silva, membro da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República a quem coube acompanhar a elaboração dos 20 volumes que fazem parte desta colecção (18 deles dedicados às capitais de distrito e dois relativos às regiões autónomas dos Açores e Madeira).

"Aprendi muito com estes Roteiros e com este falar da República", disse Raquel Henriques da Silva, para quem "foi um privilégio lê-los à medida que iam sendo escritos".

A colecção é uma iniciativa da CNCCR, em parceria com a editora Quidnovi e com a Controliveste, proprietária dos jornais *Diário de Notícias*

e *Jornal de Notícias*, em conjunto com os quais são distribuídos (6,99 euros) todas as sextas-feiras, até 26 de Novembro.

"É uma história da República em Portugal escrita de um ponto de vista que até agora não tinha sido feito, com um património de memória que é regional. E foi com essa dimensão que a República se construiu", salientou Raquel Henriques da Silva, defendendo que a República não se fez apenas por telégrafo. "Quem estuda, quem investiga sabe que não é assim".

Joaquim Oliveira, presidente da Controliveste, considerou "um orgulho esta associação às Comemorações do Centenário", salientando que "os Roteiros Republicanos dignificam quem fez a República". Também o presidente da CNCCR, Artur Santos Silva, aplaudiu esta iniciativa conjunta com a Controliveste e a Quidnovi, agradecendo a todos o apoio dado. ▀

Faça o seu roteiro da República

Os Roteiros Republicanos terão também outra expressão além da versão em papel e, no passado dia 15 de Julho, foi apresentado por Sofia Macedo, da CNCCR, o sítio na Web:

<http://roteiros.centenariorepublica.pt/> que está a ser desenvolvido com o apoio de investigadoras da FCT.

Este sítio tem em vista a identificação e divulgação do património histórico da I República e do Republicanismo, à escala da história regional e, sobretudo, na dimensão urbana. Nele encontram-se georeferenciados diversos pontos de interesse na toponímia associada às principais figuras e acontecimentos, no património artístico, cultural e arquitectónico da I República (museus, cinemas, teatros, coretos, fontes e jardins, edifícios públicos, equipamentos sociais, escolas, associações, empresas, lojas, restaurantes e cafés).

Em breve será disponibilizada em <http://roteiros.centenariorepublica.pt/> uma funcionalidade que permitirá a participação dos visitantes do sítio, criando eles próprios o seu roteiro da República. ▀

participar@centenariorepublica.pt

FICHA TÉCNICA Título Jornal do Centenário Propriedade Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR) ISSN 1647-3493 Direcção Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República Coordenação de edição Francisco Sarsfield Cabral Edição Fernanda Ribeiro Colaboração Inês Queiroz Design Henrique Cayatte Design